

Comércio espera mais consumo

O presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, disse ontem que a redução do Imposto de Renda na fonte para os assalariados traz reflexos positivos para o mercado interno. "Esse tributo e o arrocho salarial sempre foram denunciados pela Fecesp como os grandes responsáveis pela redução significativa do poder aquisitivo da classe média."

Para ele, a isenção até seis salários mínimos e a redução de imposto para quem ganha até cem salários beneficiará os consumidores e o mercado, compensando a eventual queda de receita com o inevitável crescimento de consumo.

Sobre o novo esquema de devolução do Imposto de Renda, Szajman afirmou que não vai gerar maiores dificuldades no mercado, já que a maioria dos contribuintes está na faixa de até dez ORTN, cujas restituições serão devolvidas a curto prazo.

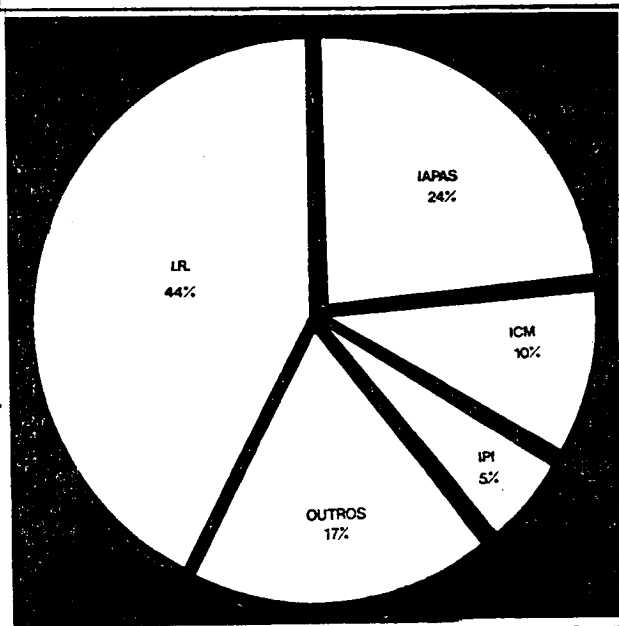
O presidente da Fecesp sugeriu a adoção da tabela em ORTN para proporcionar correção automática dos rendimentos tributados, taxando-se o valor dos salários e não sua simples recomposição.

Szajman alertou, porém, que se o governo não realizar a contenção dos gastos públicos nenhuma dessas medidas surtirá efeito sobre a economia.

DÚVIDAS

Para Marcel Solimeo, do Instituto de Economia Gastão Vidgal, da Associação Comercial de São Paulo, a divulgação do "pacote" econômico deixou ainda muitas dúvidas, principalmente quanto à operacionalização de algumas medidas. "A redução de re-

Distribuição da carga tributária



tenção do Imposto de Renda na fonte parece uma boa medida, mas, se também a renda do assalariado for corrigida, o imposto efetivo vai ser muito maior, o que não deve proporcionar maior ganho para as classes baixas, conforme afirmou o ministro Funaro", afirmou.

A respeito da devolução compulsória, Solimeo disse que o governo está acabando com o confisco de um ano, mas instituindo um de três anos. "O ministro Funaro afirma que as parcelas anuais serão corrigidas, mas quem determina a rentabilidade é ele. O ministro que muda as regras do jogo sem-

pre que a inflação sobe gera insegurança no mercado", disse Solimeo, para quem essas duas questões — correção da renda e devolução compulsória — afetarão diretamente o contribuinte, o comércio e a sociedade como um todo.

Para o economista, os números apresentados pelo ministro não são justos. "Enquanto o corte de despesas do governo representa oito trilhões, o aumento de arrecadação atingirá 50 ou 60 trilhões. Mais uma vez, o governo está se eximindo de encolher os seus gastos, mas está promovendo o enxugamento do setor privado", afirmou.